



Coordenação-Geral de Comunicação Social
Clipping 203/19 – quinta-feira, 4 de abril

Jornal do Commercio

Capa – 03

Capa – 04

Coluna Follow-Up Empresarial: Coronel Menezes na TV Cultura – 05

Ausência de calendários paralisa investimentos – 06

PIM busca ampliar exportações – 07



Ausência de calendário no CAS frustra planejamento

Nos bastidores da indústria, economistas questionam demora da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) em definir calendários de reuniões, e destacam que esse “delay” atrasa o planeja-

mento das empresas que precisam diversificar ou ampliar sua atividade na unidade local. De acordo com analistas, o calendário de reunião do CAS (Conselho de Administração da Suframa) serve de parâmetro para as empresas estabelecerem um

planejamento de suas atividades. A demora da reunião e a ausência de um posicionamento claro da Suframa impacta de forma negativa no cronograma das companhias, e com isso, projetos e investimentos em potenciais ficam paralisados.

Página A5

03



COMÉRCIO EXTERIOR

PIM busca ampliar exportações para UE

O Amazonas quer abrir as portas do mercado europeu em geral –e da União Europeia em particular –para aumentar a exportação de seus produtos para os países do continente, em especial os de maior valor agregado, a exemplo dos manufaturados do PIM (Polo

Industrial de Manaus).

Os mais recentes números de comércio exterior do Amazonas, referentes ao primeiro trimestre de 2019, e extraídos da plataforma digital Comexstat do Mdic, dão uma ideia do potencial desse mercado.

Página A7



Coronel Menezes na TV Cultura

Nesta terça-feira, com calma, humildade e domínio dos temas, o coronel Alfredo Menezes mostrou que se preparou muito intensamente para ocupar o cargo de Superintendente da Suframa. Contou bastidores, alinhou os problemas um a um, descreveu as lições e preocupações de vazios interlocutores e disse que veio para recuperar o prestígio e a força da Autarquia. Já alinhou algumas metas de curto prazo, com simplicidade e austeridade e acalmou os ânimos de quem se deixou levar pelos alertas que satanizaram o ministro da Economia Paulo Guedes. Um vídeo, disponível no YouTube, para assistir, anotar, guardar e debater daqui a 2, 3, 4 anos. Entusiasmado, firme, claro e hábil, diplomaticamente. Oxalá os ventos do Planalto Central soprem bons ares na direção da floresta e os anjos que nela passeiam possam, em coro, e em todas as cores da transformação dizer um sonoro: AMEM!!!

Sobre a ZFM comercial

Sem entraves, nem paranóias de outrora onde a presença de militares e fiscais da Prefeitura e da Fazenda Estadual faziam a 25 de Março, estremecer de desespero, São Paulo copiou de Manaus o fantástico mundo das bugigangas importadas. A céu aberto e para todos os gostos. Réplicas de tudo à venda para qualquer prazer, só não tem jaraqui com baíão, para encher as sacolas dosromeiros do Paraguai. Nem só de bugigangas, porém, viveu a ZFM comercial. A Top Internacional, a Moto Importadora, as Lojas Orient para citar algumas, fizeram Manaus reviver o glamour de consumo da Paris dos Trópicos. Pois bem...nessa entrevista da TV Cultura o Superintendente Alfredo Menezes anunciou suas intenções de devolver ao varejo os tempos áureos da ZFM comercial. Não fez menção aos fiscais da Receita que tratam os nativos que vão ao Exterior com o rigor semelhante aos antigos "rapas" da 25 de Março. Mas já começou algumas

conversas com os empresários e com seus pares do governo. Eles ignoram que aqui é Área de Livre Comércio, portanto, a fiscalização por Lei se dá apenas na saída das mercadorias. Não na entrada. A pressão da Receita é grande e injusta, para os profissionais liberais que querem usar equipamentos mais avançados em tecnologia digital. Vamos lá, resgatar a Lei que nos protege, lembrando que não queremos concorrer com ninguém. Apenas poder comprar e trazer, sem prejudicar ninguém.

E o PPB, como é que vai ser?

Alfredo Menezes mostrou intimidade com o assunto e já propôs um prazo de resolução do problema. Disse que propôs 60 dias, no máximo, em vez dos 120 atuais. Sugeriu a extinção do GI-PPB, aquele grupo que é mais real do que o Rei, e não tem nada de legal no trato da Lei. Há dois anos ou mais, faz embargo de gaveta para empresas como a Ray-Ban, Romanel, outras marcas famosas que cansaram e

foram embora. Empresas que se dispuseram a produzir fármacos e que esperaram 5 anos, num descarado embargo ao arripio da Lei. A lista supera a marca de 100 processos na gaveta do impagável GI-PPB. Agora, segundo Alfredo, a tendência é começar a trazer para o colegiado gestor da Suframa, o CAS, para começar a aprovação para empresas já atuantes em Manaus e estudar os PPBs indutivos, onde o governo do Estado chancelaria em nome do interesse público a aprovação da referendos dos processos.

Liberdade e austeridade

As boas notícias não param por aí. Já foi colocada na mesa do Paulo Guedes, o superministro da Economia, o fim do descontingenciamento das verbas da Suframa, pois a urgência passa pela infraestrutura. Os acertos já apontam para alguns avanços imediatos, pois confiscar essas verbas significa –assim como o descatotelegal aos prazos do PPB, um desacato constitucional, pois a constituição só impede vantagens

fiscais para apenas cinco produtos de consumo. A riqueza aqui gerada precisa ser aqui aplicada, pois os 8% de renúncia, que ele, Coronel Menezes, já considera que não é renúncia, são autorizados pela Carta Magna para reduzir a pobreza do Norte. O entusiasmo do Superintendente é contagiante. E um de seus apelos foi que parássemos de alimentar o "eu contra eles", referindo-se aos grupos de oposição dentro da autarquia que reproduzem as fúrias da política no tecido social. Para ele só tem um remédio: "que cada um trabalhe fazendo aquilo que sabe fazer com liberdade e austeridade."

Por fim, os comentários sobre os Estudos da Fundação Getúlio Vargas que apontaram a efetividade da Zona Franca de Manaus. Ele já passou a utilizar em algumas entrevistas os indicadores de performance da ZFM como, por exemplo, o fato de que para cada real que a União deixa de receber, a ZFM recolhe aos cofres públicos de R\$ 1,4 a R\$ 3 para os cofres da União. E os números não mentem

jamais. Desde a década passada, o CIEAM já havia cantado essa bola. O Coronel não poupou elogios à entidade e ao seu presidente Wilson Périco, que pilotou e articulou essa movimentação. E isso não ocorreu de uma hora para outra. Logo após sua escolha para dirigir a entidade, incomodado com os indicadores da Suframa serem publicados em apenas na moeda do país, apesar de manusear dados predominantemente originados na moeda norte-americana, Wilson passou a coordenar no interior do CIEAM a tradução real em dólar de nossa economia. O fato mostrou uma realidade totalmente diferente. Nós não íamos tão bem como os indicadores da Suframa revelavam. Daí, a luta pelas métricas verdadeiras que nem a Receita nem o IBGE se dispuseram a avaliar. Daí o contrato com a FGV, que se instalou em Manaus, nos anos 90, em parceria com o ISAE Instituto Superior de Administração e Economia, a formou mais de 55 mil economistas, contadores, administradores etc...

*esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do CIEAM. Editor responsável: Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br



Economistas questionam demora da Suframa em fixar calendário de reuniões para aprovação de projetos no PIM

Ausência de calendário paralisa investimentos

ANTONIO PARENTE
redacao@jcam.com.br

Nos bastidores da indústria, economistas questionam demora da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) em definir calendários de reuniões, e destacam que esse "delay" atrasa o planejamento das empresas que precisam diversificar ou ampliar sua atividade na unidade local.

De acordo com analistas, o calendário de reunião do CAS (Conselho de Administração da Suframa) serve de parâmetro para as empresas estabelecerem um planejamento de suas atividades. A demora da reunião e a ausência de um posicionamento claro da Suframa impactam de forma negativa no cronograma das indústrias, e com isso, projetos e investimentos em potenciais ficam paralisados.

"Sem reunião, não ocorre a aprovação de projetos. Sem projetos, não há investimentos. A ausência de um calendário definido afugenta investidores.

Antigamente havia um prazo de 2 meses para aprovação de um projeto, pois era a diferença de tempo entre uma reunião e outra. Normalmente CAS e Codam (Conselho Estadual de Desenvolvimento do Estado do Amazonas) faziam suas reuniões em datas próximas. Isso servia de parâmetro para o empresário se planejar", explicou a economista Denise Kassama.

A economista explica, que dar autonomia à Suframa para a aprovação de novos PPBs (Processos Produtivos Básicos) significa estimular a implantação de novos produtos que não são produzidos atualmente, além de influenciar na quota de importações das empresas.

"Se a Suframa tiver autonomia para isso, com certeza teríamos agilidade na fixação de novos PPBs, estimulando novos empreendimentos e nichos de mercado. Quotas de importação são um montante em dólares definidos nos projetos que as empresas podem importar em insumos anualmente. Se a empresa submete um projeto à

Suframa é porque ela precisa de quota de importação para seus produtos. Se não tiver saldo na quota, não poderá liberar suas importações", disse.

Na análise do economista Farid Mendonça Júnior, historicamente o governo federal dá pouca atenção para a regulamentação de forma rápida dos PPBs. Ele defende a autonomia da Suframa nas decisões, e conta que caso a regulamentação não seja feita de forma rápida, os investimentos não acontecerão e a situação do desemprego tende a crescer.

"O Governo precisa desatar estes nós. Qualquer país com a mínima racionalidade tem como objetivo atrair e solidificar os investimentos, mas parece que o atual governo federal perpetua o que o 'governo' do PT praticava, ou seja, um descaço com o PIM. Precisamos exigir que os PPBs sejam definidos em nossa própria região, na nossa própria casa, na Suframa, dentro do CAS, do contrário só nos resta pegar o nosso piñe e implorar a Brasília que nos conceda migalhas de



Reuniões com datas fixas do Conselho da Suframa favorecem atração de investimentos

tempos em tempos", disse.

Burocracia

Para o vice-presidente do Co-recon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Martinho Azevedo, a participação do Estado dentro do modelo econômico da região é importante, mas desde que seja feita de forma planejada e ofereça segurança econômica aos investidores. Ele ressaltou, que a burocracia tem sido um dos piores inimigos do país para fazer a economia girar e criar mais desenvolvimento.

"Não pode um país com o número de desempregados em alta e os problemas sociais crescendo, dar-se o luxo de ser

vencido pela burocracia. Muitas empresas desejam realizar seus investimentos, acontecendo isso há a necessidade de contratação de mão de obra criando situações favoráveis para economia. Isso aumenta a arrecadação do Estado e as coisas começam a se desenvolver. O Estado é importante numa relação econômica, mas não pode ser burocrático. Não pode depender dessa reunião, isso de forma alguma combina com um ambiente de desemprego e baixa atividade econômica", disse.

Para Farid, o governo federal dá sinais de que ainda se encontra em campanha, e tem focado pouco em questões mais técnicas.

Além disso, ele destacou que é necessário o líder do executivo está mais por dentro das ações da Zona Franca para adquirir mais informações a respeito da atuação situação do modelo.

"Viajar e promover o Brasil com ênfase no comércio não é algo ruim, mas é algo que acaba tomando tempo dos tomadores de decisão e enquanto eles não voltam e se concentram no desenvolvimento destas questões técnicas, pouco avanço ocorre. Neste aspecto, verifica-se por exemplo a questão dos investimentos no PIM. Muitos investimentos em potencial estão paralisados, pois dependem da aprovação dos PPBs", disse.

Representantes apostam em articulação no novo comando

Segundo o presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco, a falta de um calendário de reuniões preocupa, mas destacou que é preciso ter paciência e esperar como o novo superintendente e o novo governo irão alinhar as medidas de trabalho.

"A falta de reuniões do CAS preocupa, mas temos que entender o momento que passamos com um novo Governo. O CAS está sendo redimensionado e terá novos integrantes uma vez que a estrutura ministerial foi

alterada. Por outro lado, podemos pleitear, junto à Suframa a apreciação e aprovação de projetos "ad referendum", ou seja, se não houver nenhum problema, aprova-se o projeto e depois isso é ratificado quando a reunião do CAS ocorrer. O superintendente está em viagem com o presidente da República. Vamos conversar quando retornar", disse.

Em artigo publicado no espaço da indústria, o presidente do Cieam destacou ainda a importância de se resgatar a autonomia financeira da Suframa frente

aos desafios do PIM. E defendeu que os interesses do modelo precisam ser discutidos por meio do Conselho da autarquia visando o interesse regional.

"As verbas da Suframa, constituídas pelos pagamentos de suas taxas de serviços por parte das empresas aqui instaladas, precisam ser resgatadas para financiar atividades econômicas regionais, acopladas a projetos de desenvolvimento. Autonomia administrativa, por sua vez, significa decidir com os atores locais, no âmbito do CAS, os

novos PPBs (Processos Produtivos Básicos) de expansão do crescimento", disse.

Apesar da preocupação com os impactos negativos que a demora da reunião da Suframa tem causado às empresas, o vice-presidente da Fieam (Federação da Indústria do Estado do Amazonas) Nelson Azevedo, se mostrou bastante esperançoso quanto a articulação que o novo superintendente Alfredo Menezes vem fazendo junto ao presidente Jair Bolsonaro.

"Estamos vivendo um mo-

mento de muita cautela e a demora na reunião gera insegurança dos investidores. O superintendente está próximo ao presidente e esperamos que isso seja positivo, até para resolver o gargalo e descontingenciamento dos PPBs. Vamos aguardar, mas essa dependência não é boa, e não deixa de ser preocupante para as empresas e para própria população do Amazonas. Estamos na esperança que no retorno dele tenhamos boas notícias para reanimar os investidores", disse.

Visita a Israel

O superintendente da Suframa, Alfredo Menezes, esteve na comitiva brasileira em Israel entre sábado (30) e ontem (3). Por meio das redes sociais vem mostrando a aproximação do presidente frente aos interesses da Zona Franca. A ida do coronel a Israel visa a realização de um intercâmbio entre as empresas do PIM e Israel por meio da autarquia. A assessoria não conseguiu uma resposta até o fechamento da edição sobre a demora na definição do calendário.

www.jcam.com.br



Indústrias do Polo Industrial de Manaus fazem prospecção para abrir portas nos países da União Europeia

PIM busca ampliar exportações

MARCO DASSORI
redacao@jcam.com.br

O Amazonas quer abrir as portas do mercado europeu em geral – e da União Europeia em particular – para aumentar a exportação de seus produtos para os países do continente, em especial os de maior valor agregado, a exemplo dos manufaturados do PIM (Polo Industrial de Manaus).

Os mais recentes números de comércio exterior do Amazonas, referentes ao primeiro trimestre de 2019, e extraídos da plataforma digital Comexstat do Mdic (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços), dão uma ideia do potencial desse mercado.

Embora o primeiro país do continente europeu a pontuar no ranking (Alemanha) ocupe um distante sexto lugar, o volume de transações do Estado com aquele país, expandiu 112,08% entre um ano e outro – de US\$ 3.31 milhões (2018) para US\$ 7.02 milhões.

Os países europeus – incluindo os que não estão na União Europeia – adquiriram US\$ 19.95

milhões em bens produzidos pelo Amazonas no trimestre. O montante corresponde a 11,55% do que o Estado comercializou no estrangeiro no mesmo período (US\$ 172.64 milhões).

O bloco reduziu suas compras por aqui em 0,5%, neste ano (US\$ 20.05 milhões). Mas, a queda foi menor do que registrada pelas vendas globais do Amazonas (-11,06%) em relação ao total obtido pelo Estado no mesmo trimestre do ano passado (US\$ 194.10 milhões).

Na lista diversificada de itens adquiridos por aqui pelos países do outro lado do Atlântico, despontam produtos in natura e de baixo valor agregado: ferros-ligas (US\$ 7.91 milhões), soja (US\$ 2.99 milhões) e madeira serrada (US\$ 2.78 milhões). A exceção vem de aparelhos eletroeletrônicos de consumo (US\$ 2.52 milhões), que não apareciam na pauta no mesmo trimestre do ano passado.

Falta de "arrojo"

De acordo com o gerente executivo do CIN (Centro Internacional de Negócios) da Fieam (Federação das Indústrias do



Indústria aposta na prospecção de novos mercados além das fronteiras da América

Estado do Amazonas), Marcelo Lima, há dificuldades de vender itens industrializados no Amazonas para a Europa – mesmo dos EUA e Ásia. Isso porque muitas empresas da Zona Franca são multinacionais e já contam com filiais locais para atender esses países.

“Mas, abre-se a oportunidade para manufaturados ligados à biodiversidade, a exemplo de cosméticos, alimentos e bebidas fabricados por aqui. E produtos com a marca ‘Amazônia’ têm boa aceitação por lá”, salientou.

A alternativa, segundo Lima, é fomentar as exportações de pequenas empresas de capital nacional e regional. No entendimento do gerente executivo do CIN/Fieam, contudo, falta “arrojo” e segurança das empresas amazonenses em desbravar o mercado estrangeiro para alocar seus produtos.

“A empresa entende que o mercado doméstico atende suas necessidades, mas se esquece das dificuldades logísticas. Temos promovido treinamentos e a participação regional em feiras,

embora nem sempre as coisas deem certo. Vários empresários do país – inclusive amazonenses – iriam participar de uma Feira no Panamá, recentemente. Mas, na última hora, em virtude de desistências e atrasos, a missão brasileira foi abortada”, lamentou.

Prospecção de negócios

Com o objetivo de prospectar negócios de exportação – e também de importação – no Velho Continente, a Fieam (Federação das Indústrias do Estado

do Amazonas) recebe em sua sede, de quinta (4) a sexta (5), representantes de embaixadas, consulados, escritórios comerciais e delegações de nove países da União Europeia. A lista inclui Espanha, Eslováquia, Itália, Suécia, Croácia, Finlândia, Alemanha, Bélgica e Países Baixos, além do Brasil.

Do lado do Amazonas, participam executivos de 20 indústrias do PIM, em especial dos segmentos de cosméticos, alimentos e bebidas. Suframa, SepnanCti, Sepror, Amazonastur e Inpa também estarão representadas no evento.

A iniciativa faz parte do PIID/UE (Programa de Imersão na Indústria para Diplomatas da União Europeia), que teve início em 2015 e é desenvolvido pelo Núcleo de Mercados Estratégicos da Área de Assuntos Internacionais da DDI (Diretoria de Desenvolvimento Industrial) da CNI (Confederação Nacional da Indústria), com o apoio da Rede CIN.

A cada ano, é realizada uma edição em uma região brasileira em particular, que inclui networking e seminário econômico e comercial. A deste ano foi realizada pela Fiepa (Federação das Indústrias do Estado do Pará) – que sediou um encontro de suas empresas e órgãos públicos com os representantes europeus, em 2 e 3 de abril – e pela Fieam – que recebe as delegações nos dias 4 e 5.